

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Depois de Xandão...

Se houver alguma brecha, um grupo de senadores do Centrão vai querer, ainda, tentar o impeachment do ministro Flávio Dino. A prioridade “inegociável” dos bolsonaristas, porém, é o ministro Alexandre de Moraes. Dias Toffoli, que também aparece no enrosco de Daniel Vorcaro, está praticamente esquecido.

Tem para todos

Se, em 2018, o então presidente eleito Jair Bolsonaro negociou ministérios com as frentes parlamentares, desprezando os partidos, desta vez Flávio começou a tratar desse assunto com as agremiações partidárias antes mesmo de conhecer o resultado do segundo turno.

Onde mora o perigo

Um terço daqueles que votam em Flávio disseram ao Datafolha que escolheram o candidato do PL apenas para derrotar Lula. Ou seja, são eleitores que não têm o menor compromisso com os projetos que vierem de um possível governo do senador. O presidente, por sua vez, embora em desvantagem, não perdeu as esperanças de que o eleitor, com medo dos projetos de Flávio, opte pela continuidade de seu governo.

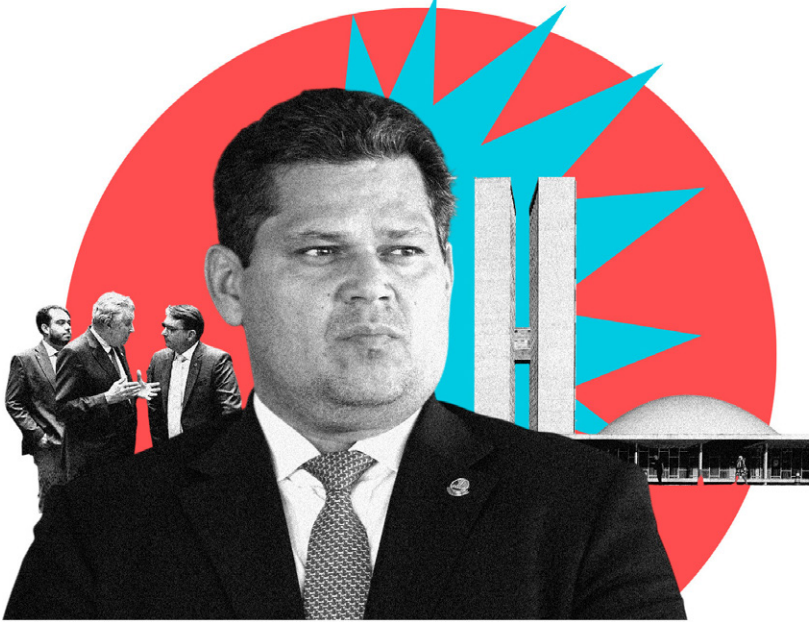
Banho de água fria

A pesquisa do Datafolha desanimou muita gente dentro do PT do Distrito Federal. A ideia era de que o candidato Leandro Grass tivesse pouco mais de 40%. Os 37% do candidato petista comparados aos 55% da governadora-candidata Celina Leão (PP) fazem muitos aliados de Grass colocarem a virada como missão impossível.

"Não subestimem o gordinho"

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), está em contato com senadores de praticamente todos os partidos e em plena campanha pela reeleição para mais dois anos no comando da Casa. Corre à boca pequena, inclusive, que teria os votos para se reeleger, uma vez que muitos partidos vislumbram a vitória de Flávio Bolsonaro dia 25 — e, nesse caso, preferem não deixar o presidente da República com o mando geral do Poder Legislativo. Vale para muitos senadores a frase dita num jantar, em 2018, quando o recém-eleito Alcolumbre apresentou-se como candidato a presidente do Senado e as apostas eram de que Renan Calheiros (MDB-AL) levaria o cargo por ser da maior bancada. Um deputado do partido do União Brasil comentou: “Não subestimem o gordinho”, referindo-se a Alcolumbre. O senador afinou a silhueta, mas não perdeu seu poder de articulação. O aviso já foi dado ao PL: todo o cuidado é pouco.

Outro movimento/ Da mesma forma que o grupo de Alcolumbre começou a se mexer no sentido de permanecer mais dois anos no comando do Senado, crescem as conversas para, conforme revelado em primeira mão por esta coluna, tentar aprovar ainda este ano o fim da reeleição para presidente da República. Como Flávio defende essa proposta, o jogo do Centrão é no sentido de tentar deixar isso aprovado até dezembro. O fato de o senador do PL dizer que caberá ao Congresso definir se o mandato será de quatro anos ou de cinco, fez crescer o receio de que possa querer ampliar o próprio mandato. Porém, entre os aliados de Flávio, a avaliação é de que qualquer mudança do tamanho do mandato valeria para apenas o eleito em 2030. Os partidos de centro sabem que, a partir de 2027, o PL tentará dominar o jogo, uma vez que dominará o Planalto. Por isso, o que der para deixar fechado em 2026 é melhor.



CURTIDAS

Jefferson Rudy/Agência Senado



Exponham o que der/ A sugestão do senador Jorge Seif (PL-SC, **foto**) aos empresários, para que façam “piquete” junto aos gabinetes como uma das formas de evitar a aprovação do fim da escala 6 x 1, será usado na internet como uma “exploração” do trabalhador.

Aliás.../ Semana que vem, é só 6 x 1 no Senado. E, se houver quórum, a tendência é de aprovação.

Tem fila/ Os novos senadores estão em plena atividade em Brasília, em busca de gabinetes. Alguns, porém, ficaram meio frustrados. Um deles jurava que ficaria com o mega-gabinete do senador Renan Calheiros. Porém, não é bem assim que a coisa funciona. Ali, antiguidade é posto.

Primeiro, os antigos/ Funciona assim: quem já está no mandato, e quiser mudar, pode escolher entre os gabinetes que serão desocupados. Depois, vem quem foi reeleito. Por último, quem chega com mandato de senador pela primeira vez fica com os gabinetes que sobram.



Meta nº 1: tirar Moraes do STF

Ao *CB.Poder*, senadora eleita Bia Kicis (PL-DF) garante que impeachment do ministro é uma das prioridades do seu mandato

» RAFAELA BOMFIM*

O impeachment do ministro Alexandre de Moraes será uma das prioridades de Bia Kicis (PL-DF) no Senado, a partir de 2027. Eleita para o primeiro mandato na Casa, a deputada afirmou, ontem, em entrevista ao *CB.Poder* — parceria do *Correio Braziliense* com a TV Brasília —, que a abertura de um processo contra o magistrado deve estar no topo da agenda da nova bancada. A anistia aos condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 também aparece entre as pautas que pretende defender.

Entrevistada pelas jornalistas Denise Rothenburg e Ana Maria Campos, Bia afirmou que as duas propostas podem avançar simultaneamente. “A pauta número um é o impeachment do Alexandre de Moraes, não tenho a menor dúvida disso. E o número dois é a anistia. Ou, talvez, as duas caminhem juntas”, afirmou. Segundo a senadora eleita, a discussão está relacionada à necessidade de alterar a relação entre os Poderes e fortalecer a atuação do Congresso.

Bia descartou a possibilidade de estabelecer acordos com ministros do STF. Ao comentar decisões recentes da Corte, como a progressão de regime de Débora Rodrigues dos Santos, a Débora do Batom, afirmou que a medida não representa uma libertação da condenada.

Para Bia, as decisões recentes do STF não significam uma mudança suficiente na postura da Corte. Ela afirmou que não acredita na possibilidade de novos entendimentos com os ministros. “A gente sabe que

não dá para confiar em acordo com eles, porque, até hoje, não cumpriram nenhum”, alfinetou. Ela citou como exemplo a discussão sobre a dosimetria das penas e afirmou que o Congresso aprovou uma proposta que, conforme disse, acabou não sendo aplicada.

Presidência do Senado

A presidência do Senado é mais uma prioridade. Bia afirmou que apoia o senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha do presidenciável Flávio Bolsonaro, para comandar a Casa. Mas reconheceu que o cenário poderá mudar caso seja escolhido para outra função em um eventual governo. Ela cita a senadora Teresa Cristina (PP-MS) como uma possível candidata, apesar de defender que o posto fique com o PL.

Questionada sobre a proposta de “redemocratização” defendida por Flávio Bolsonaro, Bia afirmou que não considera possível falar em democracia sem garantir a liberdade de manifestação. “Isso é básico”, observa.

A futura senadora também defendeu mudanças em programas sociais para permitir que beneficiários ingressem no mercado de trabalho sem perder aquilo que têm recebido. Ela citou o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), especialmente em situações envolvendo famílias com pessoas que precisam de cuidados permanentes. Na avaliação dela, as regras atuais podem dificultar a formalização do trabalho.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Ed Alves/CB/D.A Press



Bia considera que, por ter a maior bancada do Senado, próximo presidente da Casa deve ser do PL

Paes admite derrota no RJ após decisão do TSE

» PEDRO JOSÉ BORGES
» ALÍCIA BERNARDES

O candidato do PSD ao governo do Estado do Rio de Janeiro Eduardo Paes reconheceu, ontem à noite, a derrota para Douglas Ruas (PL). Em nota publicada no X, disse que “infelizmente a Justiça decidiu que não haverá segundo turno, contrariando a vontade soberana dos eleitores. E decisão judicial a gente respeita. É assim que funciona a democracia”.

O anúncio de Paes veio por conta da determinação do Tribunal Superior Eleitoral, tomada mais cedo, de manter o indeferimento da

candidatura de Anthony Garotinho (Republicanos) ao governo fluminense e anular os 274.411 votos recebidos por ele no primeiro turno, domingo passado. Também pesou para que Paes reconhecesse a derrota o indeferimento, pelo ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal, de recurso impetrado pela campanha do candidato do PSD contra a decisão do TSE. A petição foi apresentada horas depois.

Com a exclusão dos votos de Garotinho do cálculo dos válidos, Ruas passa de 49,27% para 50,88%, percentual que ultrapassa a maioria absoluta exigida para a eleição

em primeiro turno. Na apuração original, o candidato do PL recebeu 4.271.199 votos, enquanto Paes ficou em segundo lugar, com 3.706.984 votos (42,76%). Garotinho havia obtido 3,17% da votação.

Com a anulação, os números absolutos de Ruas e Paes permanecem os mesmos, mas o total para calcular os percentuais de cada um fica menor. A retotalização dos votos dos eleitores fluminenses pela Justiça Eleitoral está marcada para amanhã somente para o fechamento do percentual final da disputa pelo Palácio Guanabara.

No TSE, prevaleceu o voto do

relator, ministro Floriano de Azevedo Marques, que foi acompanhado por André Mendonça, Estela Aranha, Dias Toffoli e Nunes Marques. O entendimento considerava que Garotinho não reunia as condições para disputar o pleito, diante da suspensão dos direitos políticos decorrente de condenação por improbidade administrativa e de questionamentos sobre a validade da filiação partidária.

Os ministros Ricardo Villas Bôas Cueva e Sebastião Reis Júnior divergiram quanto ao destino dos votos. O placar na Corte terminou em 5 x 2.

» Cumprimento de prisão imediato

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou que o ex-deputado Eduardo Bolsonaro comece a cumprir a pena de quatro anos e dois meses de prisão por coação no curso do processo. A pena deve ter início de imediato, em regime semiaberto. O magistrado também determinou a expedição do mandado de prisão contra o ex-parlamentar, que vive nos Estados Unidos; ordenou a inclusão do nome de Eduardo no Banco Nacional de Mandados de Prisão e o cancelamento de todos os passaportes expedidos em nome dele.